

Explorando novos caminhos na pesquisa avaliativa das ações de saúde

Zulmira Maria de Araújo Hartz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

HARTZ, ZMA., org. *Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 132 p. ISBN 85-85676-36-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

EXPLORANDO NOVOS CAMINHOS NA PESQUISA AVALIATIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE

Zulmira Maria de Araújo Hartz

Entendendo o conceito de paradigma não somente como uma matriz disciplinar, mas também no seu sentido “exemplar”, propõem-se soluções para problemas concretos aceitos pela comunidade científica como características da teoria (Piaget & Garcia, 1983). Como falou Morin (1982), era preciso elevar o conceito de “sistema” do nível teórico ao paradigmático. Um paradigma, para o autor, seria o conjunto de relações fundamentais de associação e/ou oposição entre um número restrito de “noções mestras” que comandam/controlam todo conhecimento, todos os discursos e teorias. Assim, era preciso tentar identificar/delimitar quais seriam estas noções, caracterizando o novo paradigma, e nós as resumiríamos na (re)definição do *sistema*, na lógica da *complexidade*, na *modelagem* do real e numa postura de *pesquisador-ator*.

O SISTEMA

A primeira fase do “sistemismo” se refere a uma prática “estruturalista ou cibernética” apoiada em teorias matemáticas que deram suporte à análise dos *hard-systems* (Le Moigne, 1980). Esta abordagem é ainda “analítica em natureza e positivista em atitude (...) As coisas foram reduzidas tanto ao todo (holismo) quanto às partes (atomismo), revelando-se, portanto, ativamente reducionista” (Levy, 1989). Para Melese (1990), também a necessidade de redefinir “o sistema” se impõe, pois há aqueles que, querendo escapar ao reducionismo mutilante, usam a expressão nesta forma restrita e

correm o risco de esquecer que é possível reduzir tanto ao “todo” quanto à parte. Nossa abordagem é aquela que considera “o sistema” um conceito de três faces (Morin, 1982):

- o todo, como macrounidade onde as partes têm uma identidade própria e uma identidade comum;
- as interações ou o conjunto das relações que se criam no sistema;
- a organização, como as partes expressando um caráter constitutivo das interações e dando à idéia de sistema a sua espinha dorsal.

Para Morin (1982), um sistema quer dizer que o TODO é mais e é menos que a soma das partes que o constituem, sendo mais pelas qualidades emergentes que produzem sua organização, e menos pelos limites que impõe às partes, que não podem exprimir todas as suas potencialidades próprias. Ratcliffe & Gonzales-del-Valle (1988) exemplificam:

- um sistema é mais do que a soma de suas partes, porque tem propriedades que elas não apresentam isoladamente, como o fato de o homem poder escrever sem que nenhum de seus órgãos possa fazê-lo independentemente;
- cada elemento produz um efeito sobre o conjunto, condicionado pelos demais elementos, como o coração, que interfere no funcionamento do corpo em interdependência com os pulmões, vasos etc.

Esta abordagem é inspirada em escolas de pensamento francesa e alemã, cujas formalizações foram postas à prova nas áreas biológica, econômica, social, organizacional e psicocognitiva. Todas estas contribuições foram reunidas, sob a forma de matriz paradigmática, por Morin, nos textos de *O Método* (1977 e 1980), constituindo a “obra catedral” do sistemismo (Le Moigne, 1980).

O fato de a conceituação da relação objeto-meio ambiente, ou de qualquer outro conceito ser, ela mesma, uma função das estruturas organizadoras da nossa linguagem e cultura nos liga intrinsecamente ao objeto. Daí a importância de incluir o observador (sujeito) na observação. A nova relação que se estabelece (sistema de observação/sistema observado) justifica a COMPLEXIDADE do raciocínio como uma exigência da condição de pesquisador-ator para estudar fenômenos em permanente mutação.

A COMPLEXIDADE

Em Morin (1982), o objeto é considerado um sistema/organização, devendo-se, então, considerar os problemas complexos da organização decorrentes da multidimensionalidade *des êtres & des choses* que a constituem. Assim, a construção de uma lógica da complexidade implica trabalhar/dialogar com a incerteza, com o irracional e com a integração, sem incoerência de idéias aparentemente contrárias, como a assimilação da racionalidade cartesiana neste processo.

Como lembra Feyerabend (1979), “um meio complexo, contendo desenvolvimentos surpreendentes e imprevisíveis, reclama procedimentos complexos e desafia uma análise fundamentada em regras preestabelecidas que não levem em conta as constantes modificações das condições históricas”: Le Moigne (1984) propõe, a partir de uma análise crítica dos antigos preceitos de Descartes, a introdução dos respectivos “contrários complementares”, a seguir enumerados, formando o eixo desta busca complexa da apreensão do real.

- A *pertinência* substitui a *evidência*, cuja pretensão era o conhecimento indubitável das coisas. O preceito da pertinência alerta para nunca impedir os questionamentos de qualquer conceituação ou conhecimento, pois se nossas intenções se modificam, a percepção que temos do objeto também se modifica. As coisas têm a sua veracidade ligada às finalidades do pesquisador (modelador). A idéia de um modelo perceptivo, em vez de meramente representativo, é fundamental.
- O *globalismo* recomenda a percepção do objeto primeiramente em sua relação com o meio, sem excluir o *reducionismo* resultante da decomposição do objeto em tantas parcelas quantas forem possíveis. O que se pretende é romper o vício de tomar o todo pelas partes, ou as partes pelo todo separadamente.
- O *teleologismo* reconsidera o princípio da *causalidade*, tida como indispensável. A explicação causa-efeito é limitada pela interpretação/compreensão do binômio comportamento-finalidade. A causalidade se exprime por leis, enquanto a teleologia se exprime por símbolos, a lei sendo apenas um símbolo de referência, entre tantos outros possíveis. Os fenômenos podem ser provocados por pressões passadas e futuras, e a explicação é sempre inacabada. O que fazemos é uma interpretação relativa e contingente apoiada no questionamento sobre os fins/objetivos aos quais se referem os eventos estudados.
- A *agregatividade* é um preceito próximo ao do globalismo que tenta substituir a idéia cartesiana de *exaustividade* (uma aproximação do reducionismo): assegurar-se de nada omitir no processo de desmembramento. Assim, o global não é exaustivo (total) e a seleção de agregados que constituem o nosso sistema de observação procura ser pertinente, sem a ilusória completude de sua abrangência.

OS MODELOS

Para Goyette & Lessard-Hébert (1984), os modelos constituem o vocabulário e expressão simbólica máxima da linguagem sistêmica, mostrando a importância de se promover um entendimento da noção de “modelo”, já que nós só raciocinamos e comunicamos por estes modelos. Para Le Moigne (1987), “o conhecimento se produz e se representa por concepção de modelos (...) e não mais por análise. O modelo então (...) se torna fonte de conhecimento, e não mais resultado. Ele não descreve mais *ex-post*, um conhecimento – objeto tido como *ex-ante*”. Este autor concebe um modelo para o conhecimento-projeto do tipo “representação teatral”: autor-ator-es-

pectador, cada um busca – e muitas vezes projeta – um modelo que só existirá para si próprio. O “conhecimento-objeto”, pelo contrário, teria um modelo do tipo “representação diplomática”, supostamente passivo, como uma “carta de representação”, na qual a neutralidade do representante o exclui da relação entre o objeto a ser representado e o receptor, que deveria encontrar neste modelo a “duplicata fiel deste objeto representado”.

A complexidade deve ser capaz de fazer a conjunção das representações teatral e diplomática:

o diplomata deve saber que não pode ser excluído da relação que associa o conhecimento ao seu objeto. O ator deve saber que sua ação depende do seu papel, o que implica também poder excluí-lo para permitir acesso ao objeto que representa. Complexificando a noção de modelo-representação, tanto teatral quanto diplomática, tanto projeto quanto objeto de conhecimento, não perdemos nada das conquistas das ciências duras (...) mas restabeleceremos, tanto para as ciências duras quanto para as ciências suaves, largos campos possíveis de exploração fértil. (Le Moigne, 1987)

O processo de modelagem, em uma primeira fase, deve tentar estabelecer um modelo correspondente com os axiomas sistêmicos, o que Le Moigne (1987) chama de “molde ou correspondência isomórfica”. Em seguida tentamos encontrar uma correspondência “homomórfica” ou uma analogia funcional entre os traços do primeiro modelo e os traços notados no fenômeno observado, com a viva consciência da incerteza em uma operação desta natureza.

Para entender melhor a modelagem da pesquisa com o enfoque sistêmico, vale observar o modelo que usamos para a análise de implantação do Programa Materno-Infantil (PMI), em que os SILOS são representados em sua totalidade, mas também pelas suas unidades (intra-organização) e interações (rede interorganizacional).

Tentamos revelar os “mecanismos de conjunto”: a passagem do <intra> ao <inter> e daí ao <trans>, e, por outro lado, o mecanismo geral de equilíbrio (Piaget & Garcia, 1983). Para estes autores, o “intra” revela algumas propriedades locais e particulares dos eventos. Sua compreensão exige outras razões, que se encontram nas <trans> formações decorrentes das relações <inter> objetais. Ainda que o intra e o inter cheguem a um certo equilíbrio, deve-se saber que também são fonte constante de desequilíbrio e que as formas de equilíbrio “dinâmico” mais completas são atingidas quando as “estruturas”, construídas por ligações dos objetos ao exterior, se tornam mais estáveis.

A PESQUISA-AÇÃO

A expressão pesquisador-ator significa que uma concepção ou interpretação da realidade é, em si, uma ação que a transforma (“pesquisa-ação”), autenticando uma “epistemologia emancipadora” (Palumbo & Olivério, 1990). A pesquisa-ação torna-

se, assim, a linguagem ou expressão privilegiada do paradigma da complexidade. Como linguagem, é preciso conhecer sua sintaxe e sua semântica; como paradigma, os critérios de rigor para a sua legitimação científica.

- A *sintaxe* (unidades que compõem a linguagem e as funções que lhes são atribuídas) corresponderia à análise lógica da relação entre estes elementos – pesquisa e ação – ou à sua própria definição: toda pesquisa em que há explicitamente uma situação problemática a ser investigada e na qual as pessoas implicadas (pesquisadores) assumem que têm papel ativo na realidade observada (atores), o que não é comum na pesquisa convencional (Thiollent, 1986). Estas duas dimensões – conhecer/agir – são obrigatórias para não se cair nos extremos isolados do ativismo político ou do diletantismo intelectual. Pode-se dizer que a pesquisa-ação é convencional nas técnicas utilizadas (quantitativas e qualitativas), sendo o estilo de pesquisador-ator a principal diferença. Esta observação esclarece a falsa noção de que a pesquisa-ação é necessariamente qualitativa. Para Thiollent (1986), é também essencial que a *argumentação* substitua a *demonstração*. O domínio da argumentação é o do verossímil, provável, plausível, o que escapa à certeza da pesquisa clássica. Os testes estatísticos utilizados são apenas uma maneira de aumentar a confiança de nossos argumentos, sem querer que os mesmos sejam suficientes para demonstrar a verdade de nossos “achados científicos”. A argumentação supõe um *auditório* estruturado em vários níveis, segundo os interesses e a participação na situação problemática (atores), não tendo o papel passivo de conhecer nossas conclusões, mas de elaborá-las conjuntamente (co-autores). Esta exigência de argumentação é particularmente importante quando se analisam *sistemas de atividades humanas* (Checkland, 1984), como, por exemplo, *programas de saúde*, em que a função do conjunto de atores não é somente avaliar o processo de investigação e das recomendações propostas.
- A *semântica* (significação), por nós atribuída à pesquisa-ação, não pode ser compreendida sem uma perspectiva histórica, e nos guiaremos pela cronologia de fatos sugerida por Goyette & Lessard-Hébert (1984). A pesquisa-ação é fundada sobre o ideal de democratização do conhecimento, depois da Primeira Guerra Mundial. Ela se inspira na concepção da educação pela prática e do conhecimento científico como um hábito de educadores/educandos. A segunda geração se baseia na intervenção psicossocial, da qual Kurt Lewin é considerado fundador, por seu trabalho para o governo norte-americano durante a Segunda Guerra. A finalidade da pesquisa por ele desenvolvida era a de modificar os hábitos alimentares da população, para amenizar a penúria de certos alimentos. O objetivo deste tipo de pesquisa seria transformar os comportamentos dos indivíduos, para assegurar uma melhor adaptação ou integração dos mesmos ao meio ambiente e uma maior coesão/eficácia às instituições. Na década de 60, o “inquérito conscientizante”, de Paulo Freire, recupera o ideal democrático e transformador da pesquisa-ação, passando a ligá-la a um projeto político. Neste sentido, o ponto de partida da pesquisa-ação é a identificação clara da ideologia do pesquisador (evidência de não-neutralidade), em um pro-

cesso que maximiza a interação observador-observado. Estes diferentes significados (*double sens*) da pesquisa-ação são chamados, respectivamente, *adaptador* (preocupação exclusiva de eficiência, largamente utilizada pelos governos) e *transformador*. Vale salientar que, em ambos, o pesquisador se reconhece ator com maior conhecimento-controle sobre o objeto. Para Morin (1982), a implicação do pesquisador, em suas dimensões psicoafetiva/histórica/profissional, é uma inerência paradigmática em qualquer que seja a finalidade da pesquisa, exigindo-se sua explicitação, como nos obrigamos a fazê-la.

- O *rigor científico*, na pesquisa-ação, exige uma ampliação do sentido tradicional em que se resume a exata aplicação das regras estabelecidas para a coleta, tratamento e análise de dados. Do nosso ponto de vista, as etapas da pesquisa são escolhas arbitrárias do investigador, exigindo-se que sejam esclarecidos todos os critérios nelas utilizados (*connaissance de la connaissance*). A intencionalidade do investigador permeia a “história natural” de suas conclusões (Aktouf, 1987); de tal maneira que um mesmo evento pode ser analisado como ato de terrorismo ou liberação de um povo (Claux & Gélinas, 1982). É como dizer que as questões do desejo e do poder, das políticas e da ética da vida, influenciam os procedimentos científicos (Sabroza & Leal, 1992).

Ratcliffe & Gonzales-del-Valle (1988) demonstram a importância desta transparência com exemplos do domínio da avaliação de riscos. No caso de uma experiência realizada por um dos autores, quando os mesmos dados foram analisados por quatro grupos, os diferentes resultados revelam conflitos de interesses ou de visão de mundo, lembrando que os “dados nunca falam por si mesmos”.

A noção ampliada de *rigor* poderia evitar o que Ratcliffe & Gonzales-del-Valle (1988) chamam de *bias* sistêmicos ou erros de 3^o e 4^o tipos, respectivamente:

- quando o pesquisador se baseia num quadro conceitual inadequado ao problema de investigação, com uma incorreta operacionalização do problema, como indicadores *objetivos* para variáveis *subjetivas* (*any knowledge about a problem is a function both of the inherent nature of the problem and of the methodological prototype used to frame the problem and to generate information concerning its nature*);
- quando o pesquisador seleciona apenas problemas que permitem a utilização de *métodos que aparentam reduzir o grau de incerteza*, sendo comum que se descartem dimensões *subjetivas* ou complexas dos problemas, por sua ambigüidade, mesmo que elas estejam no centro da questão (*solving a problem that is not worth solving*).

Os erros dos tipos 3 e 4 são certamente freqüentes separando-se as abordagens do individual/coletivo nas avaliações das intervenções em saúde, contribuindo para a baixa utilização dos resultados de pesquisa constatados por Neufville (1986). A integração de tais dimensões, embora mais próxima do real, poderia aumentar o grau de incerteza dos resultados observados, o que atemoriza os cientistas, apesar de se

saber que a certeza é um ideal inatingível na ciência e que a própria física tem demonstrado que *the uncertainties in two related quantities (...) is equal to or greater than a constant* (Ratcliffe & Gonzales-del-Valle, 1988).

Em resumo, a veracidade das associações causais estabelecidas, julgada indispensável à compreensão dos fatos, é condicionada pelo pesquisador; a argumentação toma o lugar da demonstração; a intersubjetividade projeta a objetividade; os modelos dependem tanto da percepção quanto da representação.

Vemos que o novo paradigma assimila diferentes noções da ciência. A ciência “feita” e a Ciência “que se faz”, que Latour (1989) representa pela metáfora de Janus: um Deus de dois rostos – um orientado para o passado e outro, para o futuro. O primeiro baseia-se na causalidade, no “conhecimento objeto”; o segundo, em um saber sempre em processo de elaboração (conhecimento-projeto).

Vale ainda lembrar que a idéia de pesquisador-ator não é a substituição do empirismo pelo subjetivismo. Como enfatizam Goyette & Lessard-Hébert (1984), sob a aparência de se falar da relação observador-observado, acaba-se, muitas vezes, por negar totalmente o observado (objeto), instalando o observador (sujeito) em seu lugar. No caso dos estudos epidemiológicos, por exemplo, a tentativa de expor esta relação poderia tornar o “objeto” mais “claro”, (Goldberg, 1982), e o “sujeito” menos “ofuscante”, para que pudéssemos reconhecê-lo.

CONCLUSÃO

A noção de sistema representa uma ruptura, na medida em que obriga a substituir as leis de determinação por leis de interação entre um objeto e seu ambiente (auto-eco-organização), nos fazendo pensar em utilizar metodologias na qual cada problema de pesquisa possa ser compreendido no TODO do sistema em que está inserido (expansionismo), mas também na sua perspectiva de UNIDADE, contendo ela mesma um conjunto de subproblemas que é preciso conhecer (reducionismo).

Atualmente observamos as mudanças de paradigma de várias ciências, pela incorporação dos modelos sistêmicos baseados na complexificação da visão de mundo. As ciências da vida substituem uma concepção de mecanismo auto-regulador por um processo autopoético em recriação permanente: a vida, reproduzindo-se, reproduz seu novo ambiente. Poderíamos utilizar uma das expressões de Morin (1983) para chamar esta nova concepção: “a vida da vida”. O conceito de saúde também se vê modificado, ao sair de uma visão exclusiva de adaptação e capacidade de resistência ao ambiente externo para um projeto de aprendizagem permanente da vida em sua dinâmica de ‘re-criação’, a partir das condições atuais e anteriores (Sabroza & Leal, 1992). Não é mais suficiente a análise isolada dos determinantes da saúde, em um esquema linear de causalidade; o que se tenta é procurar conhecer a multiplicidade destes condicionantes, inclusive assistenciais, em vários níveis de complexidade e

vulnerabilidade de suas articulações. Esta abordagem pode favorecer a adequação das intervenções, por uma melhor compreensão da doença e do doente, levando em conta as intencionalidades do ser humano enquanto ator e suas interações ambientais. Ela é particularmente útil para “ampliar” o sentido dos “programas”, uma noção principalmente emprestada à Informática, mas que não deve ser lida “ao pé da letra”, como lembra Henry Atlan, em uma entrevista a Dubuc (1993): “A noção de programa sugere um mecanismo evolutivo que funciona de forma mecânica como uma máquina (...) um sistema vivo se situa em algum lugar entre a ordem repetitiva e a diversidade, sempre renovada, da fumaça”.

Negligenciar as dimensões “complexas” na pesquisa avaliativa tem como consequência, na área da saúde, a produção de resultados provavelmente pouco úteis para influenciar o comportamento organizacional, pois mais vale uma medida não-refinada do que se precisa do que uma medida precisa da coisa errada (Love, 1992). Outra advertência, ainda no que diz respeito à pesquisa sobre a eficácia das intervenções na saúde, nos vem de Navarro (1984):

a maneira como as perguntas são feitas pré-definir as respostas (...) O que define a eficácia de uma intervenção (...) não é a variável em si (...) A chave da questão (de ser ou não eficaz) depende de como essas intervenções estão inseridas dentro de uma estrutura e de um conjunto de relações de poder que dão seu sentido e importância (...) Empirismo e pragmatismo ateuórico falham nisto, não relacionando as partes com o todo.

Concluindo, esperamos ter esclarecido o porquê de o nosso estudo ter sido concebido com base nas características do paradigma sistêmico. Tentamos incorporar, em nossa investigação, articulada pelo fio condutor de um “pensamento complexo”, teorias sociopolítico-organizacionais e procedimentos operacionais que refletem esta coerência paradigmática. A necessidade de considerar a (inter)dependência das variáveis, em sua inserção contextual, exige uma multiplicidade de abordagens metodológicas (Mark & Shotland, 1987) coerente com a estratégia de pesquisa sintética (Contandriopoulos et al., 1994) por nós adotada. A “pesquisa sistêmica” não é um atributo que se pode medir, mas, na nossa opinião, ela se faz presente em uma investigação que ultrapassa os limites “confortáveis” da precisão cartesiana para “arriscar” compreender os fenômenos em sua complexidade.

A constatação da incerteza e da provisoriabilidade das conclusões, intrínsecas ao paradigma sistêmico, no qual o método científico é um discurso de circunstância (Le Moigne, 1984), pode parecer um fator que torna difícil sua utilização. No entanto, é exatamente esta circunstancialidade que torna a pesquisa um processo de aprendizagem contínua sobre o sujeito/objeto, que nos encoraja à sua aplicação, fazendo-nos incluir a complexidade como forma de pensar, e não apenas de investigar. O paradigma sistêmico, ou o que poderíamos chamar uma “cultura da complexidade” comum a cientistas e profissionais da saúde, se tornou, para nós, uma via indispensável no pro-

cesso de avaliação. Ela nos parece igualmente fundamental para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), capaz de viabilizar um equilíbrio dinâmico entre o interesse coletivo e individual, o local e o central, a medicina ambulatorial e a medicina hospitalar, o sanitário e o social, a equidade e a eficácia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKTOUF, O. *Méthodologie des Sciences Sociales & Approche Qualitative des Organisations*. Québec: HEC/Presses de l'Université du Québec, 1987.
- BATAILLE, M. *Méthodologie de la complexité*. *Pour*, 1983, 90:32-36, 1985.
- CHECKLAND, P. B. A systems approach and health service systems: Time to re-think? In: *Reorienting Health Services. Application of a Systems Approach*. New York: Plenum Press, 1984.
- CLAUX, R. & GÉLINAS, A. *La Méthodologie des Systèmes Souples*. Montréal: Les Éditions d'Ar, 1982.
- CONTANDRIOPOULOS, A. P. et al. *Saber Preparar uma Pesquisa*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1994.
- DUBUC, B. Rien n'est simple. *Québec Science*, juin 1993.
- FEYERABEND, P. *Contre la Méthode*. Paris: Ed. du Seuil, 1979.
- GOLDBERG, M. Cet obscur objet de l'épidémiologie. *Sciences Sociales & Santé*, 1(1): 55-110, 1982.
- GOYETTE, G. & LESSARD-HÉBERT, M. *La Recherche Action: ses fonctions, ses fondements & son instrumentation*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1984.
- LATOUR B. *La Science en Action*. Paris: La découverte, 1989.
- LE MOIGNE, J. L. Une axiomatique: Les règles du jeu de la modélisation systémique. *Économie & Santé*, 14(8): 1157-1178, 1980.
- LE MOIGNE, J. L. *La Théorie du Système Général*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- LE MOIGNE, J. L. Qu'est-ce qu'un modèle? *Note de Recherche 87-12*. Aix-en-Provence: Groupe de Recherche en Analyse de Système & Calcul Économique, CNRS, 1987.
- LEVY, R. Epistemology, axiomatics and system theory. *Canadian Institute for Advanced Reserch*. October, 1989.
- LOVE, A. "Les initiés". Les nouvelles & les opinions des évaluateurs internes. *Bulletin de Liaison de la Société Canadienne d'Évaluation*, décembre, 1992.
- MARK, M. M. & SHOTLAND, R. L. Alternative models for the use of multiple methods. *New Directions for Program Evaluation*, 35: 95-100, 1987.
- MELESE, J. *Approches Systémiques des Organisations: Vers l'Entreprise à Complexité Humaine*. Paris: Les Éditions d'Organisation, 1990.
- MORIN, E. *La Méthode 1 & 2*. Paris: Ed. du Seuil, 1977; 1980.
- MORIN, E. Le système: Paradigme ou/et théorie. In: *Science avec Conscience*. Paris: Libraire Arthème Fayard, 1982.
- MORIN, E. *El Metodo: la vida de la vida*. Madri: Catedra, 1983.

- NAVARRO, V. A critique of the ideological and political position of the Brand Report and the Alma Ata Declaration. *International Journal of Health Services*, 14(2): 159-172, 1984.
- NEUFVILLE, J. I. Entre le savoir & le faire: Vers un trait d'union. *Revue Internationale d'Action Cimmnautaire*, 15(55): 41-53, 1986.
- OUELLET, F.; DURAND, D. & MASSÉ, R. Une stratégie de triangulation pour l'évaluation des effets dun programme de soutien aux nouveaux parents. *The Canadian Journal of Program Evaluation*, 7(1): 69-83, 1992.
- PALUMBO, D. J. & OLIVÉRIO, A. Implementation theory and the theory-driven approach to validity. *Evaluation and Program Planning*, 12: 337-344, 1990.
- PIAGET, J. & GARCIA, R. Science, psychogénese & idéologie. In: *Psychogénese & Histoire des Sciences* (chap. IX). Paris: Flammarion, 1983.
- RATCLIFFE, J. W. & GONZALES-DEL-VALLE. Rigor in health-related research: Toward an expanded conceptualization. *International Journal of Health Services*, 18(3): 361-392, 1988.
- SABROZA, P. C. & LEAL, M. C. Saúde, ambiente e desenvolvimento: Alguns conceitos fundamentais. In: *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, v.1, 1992.
- SEGUIN, F. & CHANLAT, J. F. *L'Analyse des Organisations. Tome 1: Les théories de l'organisation*. Montréal: Gaetan Morin Éditeur, 1983.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1986.